



Migrações venezuelanas no Brasil sob a ótica da interculturalidade e do Estado-nação: uma análise do documentário Roraima - Terra de Acolhimento*



Anderson Danilo Cardoso Caldas**
José Tarcísio da Silva Oliveira Filho***

Recibido: 2024-03-26 • Enviado a pares: 2024-03-29
Aprobado por pares: 2024-06-24 • Aceptado: 2024-07-03
<https://doi.org/10.22395/angr.v23n46a03>

Resumo

Este artigo visou analisar o documentário *Roraima: Terra de Acolhimento*, produzido pela emissora da Assembleia Legislativa do estado de Roraima, no Brasil (TV ALE-RR), por meio de uma perspectiva intercultural. O documentário possui uma narrativa que mostra as ações de acolhimento aos imigrantes venezuelanos na fronteira do Brasil com a Venezuela, como parte de um acontecimento social marcado por um aumento exponencial das mobilidades humanas nos últimos anos. Além das pesquisas bibliográfica e documental sobre conceitos-chave como interculturalidade, Estado-nação, identidade nacional e radiodifusão legislativa, a metodologia desenvolve uma proposta de análise audiovisual do jornalismo praticado em regiões de fronteira, elaborando seis indicadores, que operam como perguntas ao objeto no intuito de refletir sobre possíveis desconstruções de representações coletivas que perpassam pela temática das migrações e de seus atores. Estes indicadores são relativos à inserção dos imigrantes na narrativa, à presença de aspectos interculturais e de sentidos ligados à comunidade imaginada e ao nacionalismo/patriotismo, o fornecimento de diferentes visões sobre o fenômeno, entre outros. Entre os principais resultados da análise, identificou-se que o documentário possui

-
- * Este artigo é resultado de investigações desenvolvidas pela Linha de Pesquisa "Estudos de Mídia, Território e Processos Comunicacionais", do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima, Brasil e integra as atividades do "Laboratório Lugares e Espaços Contemporâneos: jornalismo, migrações e audiovisual", da mesma instituição.
- ** Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Roraima. Bacharel em Jornalismo (Universidade Federal de Roraima). Atua como jornalista na Assembleia Legislativa de Roraima, Brasil. Realiza pesquisas sobre o caráter público das emissoras legislativas brasileiras. Correio eletrônico: andersoncaldas_smith@hotmail.com. orcid: <https://orcid.org/0009-0003-3141-5292>.
- *** Doutor em Comunicação (Universidade Federal de Minas Gerais). Bacharel em Jornalismo (Universidade Federal de Viçosa). É professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima, Brasil, onde atua também no Curso de Jornalismo. Coordena o "Laboratório Lugares e Espaços Contemporâneos: jornalismo, migrações e audiovisual" (CNPq/UFRR). E-mail: jtarcisiofilho@gmail.com. orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5006-9511>.

uma abordagem oficial sobre as migrações venezuelanas no Brasil, adotando um tom patriota e "por vezes" até nacionalista, tanto na construção da narrativa como nas imagens e nos enquadramentos escolhidos, pouco contribuindo para a visibilidade dos processos interculturais que compõem os movimentos migratórios. Questiona-se, enquanto conclusão, o caráter público da TV ALE-RR, principalmente pela simplificação do acontecimento abordado, reduzindo sua complexidade mesmo diante do potencial oriundo do formato documentário.

Palavras-chaves: manejo de migrações; perspectiva intercultural das migrações; formato documentário; Venezuela; Estado-nação; meios de comunicação; jornalismo em regiões de fronteira.

Venezuelan Migrations in Brazil from the Perspective of Interculturality and the Nation-State: An Analysis of the Documentary *Roraima - Terra de Acolhimento*

Abstract

This article aimed to analyze the documentary *Roraima: Terra de Acolhimento*, produced by the official broadcaster of the Roraima Legislative Assembly (TV ALE-RR), in Brazil, from an intercultural perspective. The documentary's narrative shows the reception efforts on the Brazil-Venezuela border, as part of a social event marked by an exponential increase in human mobility. In addition to the bibliographical and documentary research on key concepts, such as interculturality, nation-State, and official broadcasting, the methodology develops a proposal for audiovisual analysis of journalism practiced in border regions, creating six indicators, which operate as questions with the aim of reflecting on potential deconstructions of collective representations that permeate the theme of migration. These indicators relate to the inclusion of immigrants in the narrative, the presence of intercultural aspects and meanings linked to the imagined community and nationalism/patriotism, the provision of different views on the phenomenon, among others. About the main results of the analysis, it was identified that the documentary has an official approach to Venezuelan migrations in Brazil, adopting a patriotic and even nationalist discourse, both in the construction of the narrative and in the images and frames chosen, contributing little to the visibility of the intercultural processes that make up migratory movements. As a conclusion, the public nature of TV ALE-RR is questioned, mainly due to the simplification of the event covered, essentializing its complexities even in the face of the potential arising from the documentary format.

Keywords: migration management; intercultural approach to migration; documentary format; Venezuela; nation-State; media; border journalism.

Migraciones venezolanas en Brasil desde la perspectiva de la interculturalidad y el Estado-nación: un análisis del documental *Roraima - Terra de Acolhimento*

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar el documental *Roraima: Terra de Acolhimento*, producido por la emisora legislativa de la Asamblea Legislativa del estado de Roraima, en Brasil (TV ALE-RR), a través de una perspectiva intercultural. El documental tiene una narrativa que muestra acciones de recepción en la frontera entre Brasil y Venezuela, como parte de un evento social marcado por un aumento exponencial de la movilidad humana. Además de una investigación bibliográfica y documental sobre conceptos claves, como interculturalidad, Estado-nación y radiodifusión legislativa, la metodología utiliza una propuesta de análisis audiovisual del periodismo practicado en regiones fronterizas, creando seis indicadores, que funcionan como preguntas al objeto con el objetivo de reflexionar sobre posibles deconstrucciones de representaciones colectivas que permean la temática de la migración. Estos indicadores se relacionan con la inclusión de los inmigrantes en la narrativa, la presencia de aspectos y significados interculturales vinculados a la comunidad imaginada y al nacionalismo/patriotismo, la aportación de diferentes miradas sobre el fenómeno, entre otros. Entre los principales resultados del análisis, se identificó que el documental tiene una inclinación oficialista sobre las migraciones venezolanas en Brasil, adoptando un tono patriótico y en ocasiones incluso nacionalista, tanto en la construcción de la narrativa como en las imágenes y encuadres elegidos, aportando poco a la visibilización de los procesos interculturales que configuran los movimientos migratorios. Como conclusión, se cuestiona el carácter público de TV ALE-RR, principalmente por la simplificación del evento cubierto, reduciendo sus complejidades frente al potencial que surge del formato documental.

Palabras clave: manejo de migraciones; perspectiva intercultural de las migraciones; formato documental; Venezuela; medios de comunicación; periodismo en zonas de frontera.

Introdução

Desde o agravamento das crises humanitária, política e econômica na Venezuela, principalmente após a morte do ex-presidente Hugo Chávez em 2013, cerca de 7,7 milhões de pessoas emigraram do país, sendo 85% desta população para países da América Latina (R4V, 2023). Estes dados, oriundos da Plataforma de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes da Venezuela, podem ser ainda mais expressivos, pois não englobam as migrações clandestinas e aquelas não documentadas por órgãos oficiais.

O Brasil é o terceiro país que mais recebe imigrantes venezuelanos, totalizando cerca de 510 mil pessoas (R4V, 2023). Uma das principais portas de entrada dos refugiados é por meio da fronteira terrestre com o estado de Roraima, entre os municípios de Pacaraima (Brasil) e Santa Elena de Uairén (Venezuela), onde foram instalados postos de triagem e abrigos como parte da Operação Acolhida – uma resposta humanitária do governo federal do Brasil, comandada pelo exército, em conjunto com a sociedade civil e organizações nacionais e internacionais para acolhimento aos imigrantes. O Censo 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta que Roraima foi o estado brasileiro com maior crescimento populacional entre 2010 e 2022, subindo de 450.479 habitantes para 636.303, um aumento de 41,25% (IBGE, 2022). Este crescimento demonstra o impacto das migrações venezuelanas para o estado nortista.

Entretanto, ressalta-se que as migrações não podem ser reduzidas, somente, a números, como teóricos do campo das ciências sociais têm criticado – principalmente em relação a aceitação da migração na sociedade de destino ser atrelada, geralmente, aos benefícios econômicos (Sayad, 1998). Quando estes não se tornam visíveis ou concretos, os imigrantes são vítimas de discursos xenofóbicos e preconceituosos, sendo sua presença rejeitada, situação que também tem sido vista na realidade roraimense diante da incapacidade do poder público e da econômica regional em absorver a grande oferta de pessoas no mercado de trabalho. Logo, os aspectos culturais tornam-se secundários, inclusive no agendamento midiático hegemônico, que muitas vezes acaba por reproduzir os discursos de ódio voltados aos imigrantes venezuelanos ou mesmo não os inserindo enquanto fonte nas notícias, mesmo que estas sejam sobre a temática migratória (Oliveira Filho & Hilgemberg, 2020).

Com base nesta realidade, este artigo visou analisar o documentário *Roraima: Terra de Acolhimento* (2021), produção da TV da Assembleia Legislativa de Roraima (TV ALE-RR), sob a luz dos estudos sobre cultura, em especial, aos conceitos de identidade nacional, Estado-nação e interculturalidade abordados por Zygmunt Bauman (2001), Stuart Hall (2006) e Denise Cogo (2006). A escolha pelo objeto justifica-se pela TV ALE-RR ser uma emissora legislativa de caráter público (Pinto, 2022), tendo como princípio norteador fornecer enquadramentos informativos diferenciados em relação às emissoras

de modelos comerciais. A partir do acionamento das teorias da cultura, busca-se problematizar se o produto audiovisual constrói uma narrativa que permite valorizar as mobilidades humanas, demonstrando suas contribuições socioculturais para a sociedade de destino em detrimento de uma visão exclusivamente ordenada pelo viés econômico.

A metodologia é de natureza exploratória, com base em pesquisas bibliográfica e documental (Telles & Assumpção, 2022; Moreira, 2005), em uma abordagem qualitativa, sobre as teorias e os conceitos citados anteriormente. Para a análise do documentário, aciona-se o método de Oliveira Filho (2020) sobre jornalismo em regiões de fronteira, em que são formulados seis eixos de análise com o intuito de refletir sobre como o documentário representa tanto os sujeitos imigrantes como a temática das migrações, sob a perspectiva (inter)cultural.

O artigo é organizado em três seções: a primeira dedicada a uma imersão nas teorias sobre cultura, identidades e nação, acionando autores como Bauman (2001), Hall (2006) e Sayad (1998); a segunda, em que é realizada uma contextualização sobre o modelo legislativo de radiodifusão no Brasil, com ênfase no caráter público e suas premissas editoriais, por meio dos estudos de Coutinho (2013) e Pinto (2021); e a terceira, com foco na análise e discussão do documentário *Roraima: Terra de Acolhimento*.

Teorias da cultura: uma abordagem identitária e intercultural

Nos estudos sobre migrações, é importante, em um primeiro momento, discutir a própria conceitualização de nação, já que em suas mobilidades, os imigrantes passam a compartilhar a sociedade de destino com os "nacionais" e carregam símbolos e sentimentos atrelados as suas nações de origem. Esse convívio nem sempre é harmônico e envolve disputas, como as identitárias e as de resistência. Bauman (2001) diz que a defesa das ideias nacionalista e patriotista é alicerçada ao caráter da unidade étnica, em que o fator cultural possui um prisma natural ("é da nossa natureza ser assim"). Para o autor, a etnia estimula à ação, em que se deve escolher a lealdade à nossa natureza, tentando, com o maior esforço e sem descanso, viver à altura do modelo e assim contribuir para sua preservação.

Este pensamento contribui para a criação do modelo de *Estado-nação*, pois, promove o princípio de que a unidade étnica supera todas as outras lealdades.

[CITA] O Estado-nação foi o único 'caso de sucesso' da comunidade nos tempos modernos, ou, melhor, a única entidade que apostou no estatuto de comunidade com algum grau de convicção e efeito. A ideia da etnicidade (e da homogeneidade étnica) como base legítima da unidade e da auto-afirmação ganhou com isso uma fundamentação histórica. (Bauman, 2001, p. 198)

Tal discussão leva aos conceitos de *patriotismo* e *nacionalismo*. Apesar de ambos partirem da supremacia identitária do Estado-nação, Bauman (2001) ressalta que o *nacionalista* possui uma postura mais radical, pois pretende afirmar a existência da superioridade nacional pela agressão e ódio aos outros, como os "não nacionais". Além disso, os nacionalistas tendem a acreditar que os problemas e as adversidades enfrentados por sua própria nação são consequência de conspirações tramadas por forças estrangeiras. Isso pode gerar um sentimento de ressentimento em relação a todas as outras nações, pois acredita-se que essas nações não reconhecem devidamente nem valorizam os méritos e são desenhadas de sua própria "tribo" nacional. Essa perspectiva pode levar a uma mentalidade de desconfiança e hostilidade em relação ao exterior.

Um exemplo em relação a ideia de nacionalismo no Brasil foi a criação do *Estatuto do Estrangeiro* (Senado Federal, 2013), formulado no contexto militar na década de 1980 e que definiu as diretrizes de entrada e permanência dos imigrantes. A própria nomenclatura "estrangeiro" demarca uma segregação, definindo o imigrante como o "outro", aquele que não pertence à sociedade, independentemente do tempo que esteja residindo nela. Ademais, o documento dedicava-se mais a descrever as obrigações dos imigrantes do que seus direitos, em uma acolhida mais focada nas políticas de defesa do Estado do que nos Direitos Humanos. Bauman (2001), ao explorar o conceito de "estranho", o relaciona como aquele que é percebido como diferente e ameaçador pela sociedade dominante. O estrangeiro é frequentemente objeto de preconceito e xenofobia, pois representa o desconhecido e o fora do lugar. A suspensão do Estatuto do Estrangeiro só foi efetuada em 2017, com a aprovação da Lei de Migração (Lei 13.445/2017; Brasil, Presidência da República, 2017), que suprime a adoção da palavra "estrangeiro" em todo o texto e passa a estender aos imigrantes direitos que também são concedidos aos brasileiros, numa abordagem mais humanitária e igualitária (Oliveira Filho, 2020; Mendes & Fernandes, 2021).

Por sua vez, os *patriotas* carregam o espírito mais benevolente, pois destaca-se pela tolerância em relação à variedade cultural e especialmente às minorias étnicas e religiosas. O patriotismo, em sua essência, está fundamentado na crença moderna de que os seres humanos são seres inacabados, maleáveis e passíveis de transformação ou "reformabilidade" (Bauman, 2001).

Apesar das diferenças, o autor polonês ressalta que existem motivos para sugerir que há pouca distinção real entre nacionalismo e patriotismo, pois, em essência, os sentimentos e paixões por trás de ambos são bastante semelhantes. Assim, Bauman (2001) acredita que quando os sentimentos patrióticos são intensos, as pessoas frequentemente manifestam uma paixão profunda, mas pouco inclinada à gentileza. Ao longo da história, os patriotas podem ter exibido diversas virtudes valiosas e

memoráveis, porém, a abertura e a empatia em relação aos “estranhos” nunca foram características proeminentes entre eles. Isso indica que, em momentos de profunda identificação com a pátria e um ardor patriótico elevado, as pessoas tendem a se mostrar mais combativas e menos propensas a demonstrar compaixão e compreensão em relação a indivíduos de outras comunidades ou nações.

Um exemplo contemporâneo está atrelado aos comportamentos político e social dos países desenvolvidos do Norte global. Apesar de muitos deles terem sido formados por imigrantes, como os Estados Unidos, e/ou com base na mão de obra imigrante, no caso das nações europeias, atualmente tem sido discutidas e efetuadas políticas anti-imigração, principalmente por partidos da extrema direita. A concretização do movimento *Brexit* e a proposta de construção de um muro entre os Estados Unidos e o México são alguns efeitos práticos de um patriotismo elevado, numa combinação com o nacionalismo.

Dessa forma e com a elevação da ideia de Estado-nação, o autor ressalta que houve a supressão das comunidades, por meio, entre outras formas, da criação da língua oficial do país, o que contribuiu para a construção e preservação da identidade nacional. Ele argumenta que a língua é um elemento fundamental na formação da identidade coletiva de uma nação e desempenha um papel crucial na consolidação do sentimento de pertencimento à comunidade nacional, porém, impõe uma unificação linguística a diferentes tipos de comunidades (Bauman, 2001).

As noções de nacionalismo e patriotismo também convocam uma reflexão sobre o próprio conceito de formação identitária, em que nos estudos culturais, tem sido abordada como sendo relacional por meio do reconhecimento da diferença (Hall, 2006; Silva, 2000). Esta diferença condiciona a construção da identidade nacional ao reconhecimento das identidades “não nacionais”.

“Sou brasileiro” - ponto. Entretanto eu só preciso fazer essa afirmação porque existem outros seres humanos que não são brasileiros. [...] A afirmação “sou brasileiro”, na verdade, é parte de uma extensa cadeia de “negações”, de expressões negativas de identidade, de diferenças. Por trás da afirmação “sou brasileiro” deve-se ler: “não sou argentino”, “não sou chinês”, “não sou japonês” e assim por diante, numa cadeia, neste caso, quase interminável. (Silva, 2000, p. 75)

Segundo Silva (2000, p. 82), “os pronomes ‘nós’ e ‘eles’ não são simples categorias gramaticais, mas evidentes indicadores de posições-de-sujeito fortemente marcadas por relações de poder”. Em uma via inclusiva, não necessariamente essa lógica resulte em uma exclusão do “outro”, mas pode ser observada como o *reconhecimento* do outro, do diferente, abrindo caminhos para um aprofundamento sobre os efeitos da cultura em um mundo em que as taxas de mobilidade humana têm crescido ano após ano (OIM, 2022).

Hall (2006) relata que, no mundo moderno, as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural. O autor jamaicano traz a concepção de que culturas nacionais são frutos de comunidades imaginadas e que ao produzirem sentidos sobre a nação e elementos simbólicos que geram identificação, "constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas" (Hall, 2006, p. 51).

Assim, Hall (2006) lista cinco elementos principais que ratificam o discurso nacional: 1) *narrativa da nação*, tal como é recontada nas histórias, literaturas nacionais, mídia e na cultura popular; 2) *origens, continuidade, tradição e intemporalidade*, pois garantem que os componentes essenciais do caráter nacional permanecem imutáveis, apesar de todas as vicissitudes da história; 3) *invenção da tradição*, sendo um conjunto de práticas que buscam demonstrar certos valores e normas de comportamentos por meio da repetição e que o autor afirma que, muitas das vezes, são tradições criadas recentemente; 4) *mito fundacional*, ideia muito calcada na história de pós "colonização", sendo ignorado o caráter de "nação única" anterior; e 5) *povo puro*, em que a identidade nacional é baseada na ideia de um povo original.

O teórico também ressalta que para criar uma identidade cultural unificada, as diferenças de classe, gênero e raça foram suprimidas por um ideal de pertencimento à mesma e à grande família nacional. Deve-se considerar ainda que, em nome da "nação", houve o uso da violência para unificação cultural, pois cada conquista subjugou costumes, línguas, tradições dos povos conquistados, bem como as nações europeias foram consideradas centro de impérios, pois exerciam uma hegemonia cultural sobre as culturas colonizadas. Hall (2006, p. 62) conclui que "as nações modernas são, todas, híbridas culturais", sendo bastante difícil unificar a identidade nacional em torno da raça. Então, define que o conceito de raça não está mais atrelado às noções biológicas, e sim, tem sido substituído por definições culturais, as quais possibilitam que a raça desempenhe um papel importante nos discursos sobre nação e identidade nacional.

Neste sentido, a interculturalidade é uma perspectiva capaz de promover um olhar mais plural e diversificado sobre as dinâmicas culturais envolvidas nas mobilidades humanas internacionais, combatendo a ideia de uma cultura nacional rígida e dominante. Cogo (2006) diz que heterogeneidade identitária faz parte dos sujeitos migrantes, pois em seus percursos, carregam as identidades do país de origem e constroem outras no novo espaço sociocultural que passam a fazer parte. Este foi um aspecto pouco estudado ao longo dos anos, visto que sua abordagem foi constantemente atrelada às questões econômicas e não culturais, principalmente na segunda metade do século xx (Cogo, 2005; Sayad, 1998), resultando em normas para controlar as migrações. "Os estudos sobre migração originaram com a abordagem de imigração enquanto um problema

social (pelas ciências jurídicas, demográficas, geografia e econômicas), antes de se tornar objeto da sociologia” (Sayad, 1998, p. 56).

Com base em Néstor García-Canclini e Emilio Lamo de Espinosa, Cogo (2006) diz que a diversidade cultural consiste na coexistência no mesmo espaço social e físico de pessoas de origens e culturas diversas, e que cuja bagagem cultural desses sujeitos seja visível no cotidiano. Entretanto, aponta a diferença entre a perspectiva multicultural e intercultural: enquanto a primeira refere-se a pessoas de diferentes culturas inseridas em um mesmo espaço, em que a convivência poderia ser também conflituosa (entre grupos de diferentes culturas); a segunda enfatiza a integração, em que a sociedade aceita a não existência de uma cultura homogênea e passa a ser receptiva às miscigenações e às novas formações culturais oriundas da interação entre as culturas.

O surgimento de novos ritmos musicais, dialetos, hábitos e comidas, a partir da interação cultural, é um exemplo do efeito da interculturalidade. Na realidade das migrações venezuelanas em Roraima alguns elementos da interculturalidade têm sido visíveis nas narrativas midiáticas. Em 2020, por exemplo, a TV ALE-RR veiculou uma reportagem sobre o empreendedorismo de migrantes venezuelanos pelo enquadramento do surgimento de lanchonetes especializada na venda de pepitos – um sanduíche típico da culinária venezuelana. Na entrevista, um migrante venezuelano, proprietário de um dos estabelecimentos, diz que o lanche foi adaptado para o paladar brasileiro, sendo o pão mais fechado do que na receita original. Esta adaptação pode ser abordada como um traço intercultural oriundo do encontro das culturas venezuelana e brasileira.

A perspectiva intercultural emerge como uma possibilidade para problematizar as narrativas informativas sobre os acontecimentos migratórios, tencionando eventuais sentidos atrelados aos vieses nacionalistas e do patriotismo radical. Todavia, Cogo (2005) enfatiza que o processo intercultural também permeia relações de poderes, visto que na produção de novas culturas há conflitos, disputas e até mesmo dominação. E a questão econômica não é anulada; muitas vezes acaba sendo uma porta de entrada para a formulação de acordos de cunho intercultural. O Mercosul é um exemplo: é um bloco de países latino-americanos criado com o intuito de ganho de poder nas negociações com países ricos do Norte, entretanto, também possui a finalidade de criar uma unidade cultural referente a países que compartilham histórias e certa diversidade cultural (Cogo, 2006).

Radiodifusão legislativa: premissas e possibilidades de novos olhares?

As emissoras legislativas surgiram a partir da sanção da Lei 8.977, de 6 de janeiro de 1995, também conhecida como *Lei do Cabo* (Governo do Brasil, 1995), que regulamentou a disponibilização de canais fechados na televisão brasileira. Segundo Melo (2013), por um lado, a Lei do Cabo trouxe vantagens para grandes empresas de mídia,

como o Grupo Globo, que puderam explorar as tevês por assinatura; por outro lado, trouxe novas possibilidades (e alternativas) por prever o funcionamento de emissoras não-comerciais, distribuindo gratuitamente canais para o Senado, Câmara Federal, Assembleias Legislativas, Câmaras de Vereadores e organizações educativas, universitárias e comunitárias.

Em vias de contextualização, o sistema de radiodifusão brasileiro foi marcado historicamente pelo predomínio de emissoras comerciais, que são sustentadas por verbas publicitárias e, por isso, buscam altos índices de audiência. Dessa forma, observa-se que ao invés de se pautarem pelo interesse público, por meio de produções que priorizem a cidadania e a geração de autonomia por parte do espectador, é frequente o predomínio do interesse *do* público, uma espécie de “vale tudo” pela audiência, incluindo abordagens sensacionalistas e até mesmo antiéticas (Coutinho, 2013).

A constituição brasileira prevê um maior equilíbrio entre três modelos de radiodifusão: “Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal” (Governo do Brasil, 1988, art. 223). As tevês legislativas possuem a característica de estarem vinculadas a uma casa do Poder Legislativo, sendo enquadradas dentro do sistema estatal, entretanto, isso não quer dizer que devam se pautar apenas por divulgar ações governamentais. De acordo com Bucci (2013), as emissoras estatais não devem ser um veículo de propaganda partidária, mas por estarem em um Estado de Direito, devem se pautar pelos princípios democráticos, cumprindo também um propósito público. Portanto, pode-se inferir que possuem o compromisso de fornecer narrativas diferenciadas em comparação com as produzidas pelas emissoras comerciais. Pinto (2021), em uma pesquisa sobre a TV ALE-RR, considera a emissora como sendo um canal institucional de caráter público, que além da missão de divulgar as ações do Poder Legislativo, também possui uma função cidadã, de modo a contribuir com a democratização da comunicação, a emissão de informações confiáveis e a instauração de debates públicos.

Estudos do campo da área da comunicação têm identificado uma recorrência problemática nas notícias sobre os acontecimentos migratórios pela mídia hegemônica comercial. Frequentemente contribuem com discursos estereotipados, inserindo o imigrante e a própria temática migratória em editoriais de polícia, assistência e economia (Oliveira Filho & Hilgemberg, 2020; Aragão & Santi, 2018). Partindo dessa constatação, indaga-se se as tvs legislativas poderiam ser um espaço para promover um outro olhar sobre as mobilidades humanas, por meio de narrativas que permitam uma abordagem intercultural.

No caso da TV ALE-RR, a emissora é subordinada à Superintendência de Comunicação da Assembleia Legislativa de Roraima (ALE-RR). De acordo com Almeida (2022), há três diretorias no organograma da Superintendência: Diretoria de Imprensa e Publicidade, responsável pela produção e distribuição dos serviços de jornalismo impresso, *webjornalismo*, sites de redes sociais, bem como produção de materiais e campanhas publicitárias; a Diretoria de Relações Institucionais, com a responsabilidade de cuidar da comunicação interna, organização de eventos e mediação da relação da Assembleia Legislativa com outras instituições e das relações-públicas; e a Diretoria de Rádio e TV que abarca a produção jornalística e cultural dos veículos TV (canal 57.3) e Rádio Assembleia (98.3 FM), as a transmissão ao vivo de sessões, audiências e outros eventos institucionais, bem como a produção de documentários.

Antes da concessão do sinal para transmissão, a TV e as emissoras de rádio da ALE-RR produziam conteúdos que eram veiculados em emissoras locais, em um formato jornalístico, mas com caráter institucional. Os dois setores também cuidavam da produção de conteúdo informativo atendendo demandas dos veículos de comunicação (Almeida, 2022). Pinto (2021) destaca que o processo de instalação da TV ALE-RR se iniciou em julho de 2012, a partir da assinatura de um protocolo de intenções entre a Assembleia Legislativa e o Senado Federal. Entretanto, somente em 7 de agosto de 2015, já em formato digital, a TV ALE-RR foi inaugurada no Estado, com transmissão para Boa Vista e municípios mais próximos da capital, como Mucajaí, Cantá e parte de Bonfim, este na fronteira do Brasil com a Guiana Inglesa.

Sendo a TV ALE-RR parte da Rede Legislativa, o veículo televisivo do parlamento roraimense é a subcanalização ou faixa de programação do canal aberto de televisão digital cedida pela União, via Senado Federal. Um dos destaques da programação é a produção de documentários, que também são disponibilizados na página do YouTube da ALE-RR. Em março de 2024, constavam a produção de pouco mais de 90 documentários, sendo que as temáticas abordadas são realizadas de forma mais aprofundada que os telejornais das emissoras comerciais, principalmente devido a um tempo mais extenso dedicado à produção noticiosa – uma característica do próprio formato documentário, que permite ainda lidar com as subjetividades dos produtores (Melo, 2002). Alguns dos assuntos já abordados pelos audiovisuais são o aumento da violência contra a mulher; os desafios e políticas para a comunidade LGBTQIAPN+; valorização da cultura indígena; e as políticas públicas de inclusão da pessoa com deficiência (Pinto, 2021).

Notas metodológicas

Com o intuito de refletir sobre como emergem as noções de identidade nacional, Estado-nação e interculturalidade no documentário *Roraima Terra de Acolhimento*, a

pesquisa recorre a proposta metodológica de Oliveira Filho (2020), que por meio de estudos sobre teorias migratórias em suas interfaces com o jornalismo audiovisual e as estruturas narrativas, elenca seis indicadores que atuam como perguntas ao objeto. Neste artigo, utilizamos quatro dos indicadores propostos pelo autor e acrescentamos mais dois que estão atrelados ao percurso teórico e ao objetivo desta pesquisa: a) São abordadas pessoas com diferentes visões sobre o assunto?; b) os/as imigrantes são ouvidos/as?; c) é possível compreender as origens dos conflitos sociais?; d) a narrativa permite a desconstrução de representações coletivas estereotipadas?; e) quais aspectos da interculturalidade são evidenciados no audiovisual?; f) evidencia-se sentidos atrelados à identidade nacional, ao nacionalismo e ao patriotismo?

Os indicadores não são rígidos e limitantes, mas devem ser vistos como fissuras de entrada para refletir sobre o audiovisual investigado, permitindo uma análise crítica acerca da estrutura e das estratégias da narrativa, das imagens utilizadas, dos enquadramentos de câmera, da presunção das audiências, além de possibilitar a comparação de abordagens acerca do que é a notícia, do que é dito, o que não é dito, quais informações e fontes privilegiadas e quais os ganchos/conflitos presentes na narrativa (Oliveira Filho, 2020).

Com 30m32s de duração, o documentário *Roraima: terra de acolhimento* (Assembleia, 2021) aborda os desafios do governo brasileiro e de organizações nacionais e internacionais em acolher a grande quantidade de cidadãos venezuelanos que entram em território brasileiro via fronteira com a cidade de Pacaraima, principalmente devido às crises política, econômica e humanitária no país vizinho. O filme foi publicado na plataforma do Youtube da TV ALE-RR no dia 16 de agosto de 2021, época do segundo ano da pandemia da COVID-19. A produção mostra a estrutura montada na fronteira com o país venezuelano e em Boa Vista para acolher a população refugiada e imigrante. Segundo dados da produção, 9.500 vagas foram criadas em 14 abrigos, sendo dois na cidade fronteira de Pacaraima e 12 na capital de Roraima.

Resultados: análise do documentário Roraima: terra de acolhimento

Em um contato preliminar, infere-se que o próprio título do documentário concede uma pista sobre a construção da narrativa, de modo a retratar o estado de Roraima como sendo um espaço acolhedor, excluindo, portanto, muitas das disputas que fazem parte dos processos migratórios. Presume-se, antes mesmo da visualização do audiovisual, uma simplificação do acontecimento a ser retratado, já que além da convivência local, estudos têm identificado que as dinâmicas de integração dos imigrantes venezuelanos na sociedade roraimense têm sido conflituosas (Zambrano, 2022).

Desse modo, em relação ao primeiro indicador (*São abordadas pessoas com diferentes visões sobre o assunto?*), o documentário não promove debates de ideias. É enfatizado na narração do jornalista que o acolhimento dos imigrantes venezuelanos no Brasil é feito pelo governo federal, por meio da Operação Acolhida, com a parceria de órgãos da sociedade civil, como o Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Não há a inserção de um especialista ou cientista social para promover um olhar crítico sobre as políticas de acolhimento, que é chefiada pelo exército. Todas as entrevistas, inclusive a dos imigrantes, são no sentido de apoiar a operação em curso. Não há, por exemplo, um enquadramento para fora da operação, de forma a dar visibilidade aos imigrantes que estão em ocupações espontâneas (abrigos não oficiais) ou mesmo em situação de rua, que, em 2022 eram 5,8 mil pessoas em Boa Vista (Cáritas, 2022).

No segundo indicador (*Os/as imigrantes são ouvidos/as?*), um ponto alto da produção é a presença expressiva de entrevistas com os imigrantes, a maior parte delas relatando os motivos e as experiências no processo de deslocamento. Dos 11 entrevistados no documentário, sete foram com imigrantes venezuelanos. Estas entrevistas foram concedidas em espanhol, sendo a tradução realizada por meio de legendas. Se Bauman (2011) diz que a criação da língua oficial de um país foi uma das estratégias para a consolidação da ideia de Estado-nação, no documentário há uma abertura para o idioma do imigrante, mesmo que ele seja subordinado ao idioma do país de recepção que conduz toda a obra. Essa análise se constitui ainda mais densa se levarmos em consideração a ausência de outras línguas típicas das regiões de fronteira, como as indígenas. Mesmo demonstrando a presença de abrigos para esses povos, não houve uma entrevista com seus representantes.

Sobre o indicador relativo ao fornecimento de informações para compreender as causas dos conflitos sociais (*É possível compreender as origens dos conflitos sociais?*), o documentário mostra-se deficiente. É dito que o aumento das migrações foi ocasionado devido à crise, no singular, da Venezuela, mas não especifica o que é essa crise. Além do mais, simplifica o motivo das migrações, já que o vivido pelo país vizinho nos últimos anos é complexo e envolve fatores econômicos, políticos e humanitários (Santos, 2018) – soma-se a isso, o fato que a decisão de migrar também é atrelada a fatores ligados à experiência do indivíduo. Levando em conta o quarto indicador (*A narrativa permite a desconstrução de representações coletivas estereotipadas?*), o documentário não aborda o imigrante em uma posição com maior autonomia, já que a narrativa é construída em torno do acolhimento humanitário. Assim prevalece o tom assistencialista. Porém, também não o atrela a um problema social. Como a maioria das entrevistas é de imigrantes, há uma certa humanização desses sujeitos, convocando o espectador a ter uma posição altruísta acerca dos motivos que os levaram a sair do país de origem. Logo no início do audiovisual, por exemplo, um imigrante identificado

como Manuel Paz, de 55 anos, relata os motivos para sair da Venezuela, ao dizer que “[...] estamos aqui buscando uma nova oportunidade, com intenção de garantir à nossa família a estabilidade que hoje, na verdade, na Venezuela, é muito difícil [...]” (Assembleia, 2021, 3m54s).

Em relação ao indicador da interculturalidade (*Quais aspectos da interculturalidade são evidenciados no audiovisual?*), o documentário não se aprofunda neste processo. É mais evidente a multiculturalidade, pois as interações entre venezuelanos e brasileiros se dão apenas de maneira oficial, por meio da equipe da Operação Acolhida. Assim, o audiovisual não fornece elementos que permitam uma leitura intercultural, que pudesse demonstrar as trocas e miscigenações que podem surgir a partir das migrações internacionais. Esse resultado por ser explicado por dois motivos: o primeiro, pela própria proposta do documentário de focar nas ações de acolhimento, mesmo que isso seja feito de maneira oficial, sem adentrar, por exemplo, no acolhimento social e cotidiano em Roraima; e segundo, pelo espaço das gravações, em abrigos e postos de triagem, que são zonas de transição (Figura 1).

Figura 1 – Espaços de acolhimento no documentário da tv ale-rr



Fonte: Assembleia, 2021.

Desse modo, como os processos interculturais levam tempo para que sejam consolidados, tais práticas poderiam se tornar mais evidentes em regiões que são destinos da política de interiorização¹.

¹ Interiorização é uma estratégia da Operação Acolhida que consiste em providenciar transporte gratuito e emprego para que os imigrantes sejam integrados em outras regiões do país. É também uma forma de reduzir o impacto das migrações no estado de Roraima (Mendes & Fernandes, 2021).

No que tange aos sentidos atrelados à identidade nacional, ao nacionalismo e ao patriotismo (indicador: *Evidencia-se sentidos atrelados à identidade nacional, ao nacionalismo e ao patriotismo?*), identifica-se que o nacionalismo brasileiro não é abordado de maneira explícita na produção. Entretanto, o patriotismo é evidente na composição cênica das imagens e nos enquadramentos de câmera. Na entrevista com o coordenador da Operação Acolhida em Roraima, General Barros, a maior da produção, uma bandeira do Brasil foi posicionada no canto da tela, juntamente com o símbolo da operação. Em um monitor com a imagem de várias crianças, uma delas aparece em primeiro plano e na área central da tela segurando a bandeira nacional (Figura 2).

Figura 2 – Símbolos do patriotismo na entrevista com o Exército



Fonte: Assembleia, 2021.

Destaca-se ainda, na Figura 2, a presença da farda que cobre o corpo do coordenador da operação, demonstrando que o acolhimento aos imigrantes foi designado para as forças armadas, responsável pela defesa e segurança nacional do país. Logo, expõe a associação simbólica entre migrações e segurança nacional, uma relação que deveria ter sido extinta com a suspensão do Estatuto do Estrangeiro de 1980 e a sanção da Lei de Migração de 2017 (Oliveira Filho, 2020). Em outros enquadramentos, foram recorrentes a presença de militares dividindo espaços com os imigrantes (Figura 3).

FIGURA 3 – As migrações associadas como assunto de segurança nacional



Fonte: Assembleia, 2021.

O patriotismo também emerge na fala do general do exército, que diz que a operação trabalha dia e noite para funcionar. Um rastro do nacionalismo também pode ser visto, mesmo que de maneira tímida, quando diz na entrevista que o trabalho é feito para que:

[...] nosso cidadão na fronteira tenha sim, a sua paz social, para que ele se sinta seguro. Mas, nós estamos no século vinte e um e, infelizmente, a crise está no país vizinho. Muito sofrimento [...] Então, nós precisamos sim ter a compreensão, ter o apoio, ter a confiança, porque estamos trabalhando muito duro para proteger você, a nossa gente, o nosso povo do estado de Roraima (Assembleia, 2021, 28m17s).

Apesar de mencionar o caráter humanitário da operação, nota-se a ênfase nos termos “nossa gente” e “nosso cidadão da fronteira”, indicando que a operação tem a prioridade de proteger os “nacionais”. Hall (2006), quando trata de etnia em seus aspectos culturais, relata que não há, no mundo moderno, uma nação que seja composta por um único povo e uma única cultura ou etnia. Entretanto, o discurso da cultura nacional reforça a ideia da comunidade “imaginada” (Estado-nação), e repele, consequentemente, os acolhimentos social e cultural dos imigrantes. Também torna visível o caráter relacional das formações identitárias sob a perspectiva cultural, demarcando o “nós” e o “outro”, numa clara relação de poder e superioridade no discurso daquele que diz acolher.

A complexidade para acolher os refugiados e migrantes venezuelanos também pode ser atrelada ao discurso da identidade nacional. Os cinco elementos trazidos por Hall (2006) e que corroboram com essa narrativa (cultura nacional como fonte de identidade cultural) são retratados no documentário. A narrativa da nação, as noções de origens, continuidade, tradição e intemporalidade, a invenção da tradição, o mito fundacional, bem como a ideia do povo puro/originário são mostrados, por exemplo, na necessidade de acompanhamento de funcionários do ACNUR nos processos de interiorização a outras cidades, demonstrando, assim, o intuito de minimizar os efeitos do choque cultural dos venezuelanos em outros estados brasileiros.

Discussão e conclusão

As concepções de Estado-nação, interculturalidade e identidade nacional oferecem elementos teóricos que permitem uma análise crítica das produções audiovisuais que abordam os acontecimentos migratórios, superando abordagens que reforçam estereótipos e estigmas historicamente ligados à temática, como problemas sociais, fatores econômicos e assistencialismo. Ao analisar o documentário *Roraima: Terra de Acolhimento* sob a luz destes conceitos, verifica-se o pouco aprofundamento sobre o acolhimento sociocultural envolvendo os imigrantes venezuelanos na sociedade roraimense, já que mesmo inserindo entrevistas com estes sujeitos, o que sobressai é uma narrativa pautada pela versão oficial da Operação Acolhida, em uma aproximação com as noções de patriotismo e até mesmo de formação identitária dos Estados-nação.

Bauman (2001) e Hall (2006) alertam sobre a fluidez e ambiguidade das identidades em sociedades modernas e capitalistas. Nesse contexto o acolhimento humanitário e cultural se torna crucial. Um acolhimento que requer um esforço contínuo para compreender as experiências, as culturas e as necessidades dos imigrantes, incluindo suas vivências na sociedade de recepção em conjunto com os "nacionais".

Assim, ao resgatar o objetivo da pesquisa de analisar o documentário *Roraima: Terra de Acolhimento* sob a perspectiva intercultural, verifica-se que ao não priorizar tal abordagem, ele perde a oportunidade de contribuir com o combate ao preconceito e à xenofobia que podem surgir em situações de choques culturais. O medo do desconhecido e a percepção do "estranho" podem ser catalizadores para o aumento de disputas que impedem a emergência de práticas interculturais.

Portanto, verificamos que mesmo se utilizando do formato documentário, que possui o potencial de permitir um aprofundamento maior sobre o assunto e um tratamento criativo e autoral (Melo, 2002), a TV ALE-RR não contribuiu com uma narrativa mais complexa acerca das migrações, já que o tom oficial da Operação Acolhida sobressai em sua composição audiovisual. Até mesmo o jornalista responsável pouco se

insere na narrativa e no espaço social reportado, predominando uma extensa narração em *off* durante quase toda a produção. Logo, aspectos que poderiam reforçar o caráter público da emissora legislativa não são valorizados, tais como uma melhor explicação sobre a situação política, econômica e social da Venezuela; um olhar direcionado aos imigrantes que não são atendidos pela operação civil-militar e que, inclusive, assumem um papel de resistência e resiliência a um acolhimento militarizado por parte do Brasil; e uma visão que propiciasse explorar a interculturalidade oriundas do encontro das culturas brasileira e venezuelana, além de mostrar o imigrante para além do contexto assistencialista, como aqueles que empreendem na sociedade de destino.

Em conclusão, as reflexões de Bauman (2001), Hall (2006) e Cogo (2006) também contribuem com futuros estudos sobre a temática, pois alertam para a importância de uma abordagem analítica envolvendo objetos comunicacionais e midiáticos que considere aspectos culturais, de maneira a romper com o discurso que normalmente é imposto às migrações e seus agentes, orientado pelo atributo econômico e como problema social. Ademais, a investigação desenvolvida contribui para refletir sobre o papel social e a limitação das emissoras legislativas brasileiras na visibilização de acontecimentos complexos.

Referências

- Almeida, E. (2022). Estratégias, produtos e suportes comunicacionais da casa do povo. In R. Ramos & R. Gomes (Org.), *Do passado ao presente: voto e institucionalidade da Assembleia Legislativa de Roraima (1991-2021)*, (pp. 195-242). Ed. UFRR.
- Aragão, T. & Santi, V. (2018). O uso das redes sociais na produção midiática alternativa sobre a migração venezuelana em Roraima. *Aturá - Revista Pan-Amazônica de Comunicação* 2(1), 136-156. <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/atura/article/view/4627>
- Assembleia Legislativa de Roraima. (2021, 16 de agosto). *Roraima: Terra de Acolhimento* [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=V_enjrQpR6A
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Jorge Zahar.
- Brasil, Presidência da República (2017). Lei de migração. Lei Nº 13.445, de 24 de maio de 2017. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm
- Cogo, D. (2006). *Mídia, interculturalidade e migrações contemporâneas*. E-papers.
- Governo do Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Governo do Brasil (1995). Lei Nº 8.977 de 06 de janeiro de 1995. <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=8977&ano=1995&ato=86cgXWE5UeJpWTdce>
- Coutinho, I. (2013). *A informação na tv Pública*. Insular.
- Hall, S. (2006) *A identidade cultural na pós-modernidade*. DP&A Editora.

- IBGE (2022). *Censo 2022*. Panorama do censo 2022 [html]. <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>
- Melo, C. T. V. (2002) O documentário como gênero audiovisual. *Comunicação e Informação*, 5(1-2), 25-40. <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/24168/14059>
- Melo, P. V. (2013). tvs legislativas e políticas de comunicação no Brasil: perspectivas no novo marco regulatório das comunicações. In *Anais do V Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política – Compolítica*. (pp. 1-16). Curitiba, Brasil. <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2013/05/GT07-Políticas-de-comunicacao-PauloVictorMelo.pdf>
- Mendes, D. & Fernandes, D. (2021). Interiorização de venezuelanos para Minas Gerais: instituições que atuam em redes sociais. *Revista Brasileira de Sociologia*, 9(22), 222-245. <https://doi.org/10.20336/rbs.753>
- Moreira, S. (2005). Análise documental como método e como técnica. In J. Duarte & A. Barros (Orgs.), *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação* (pp. 269-279). Atlas.
- Oliveira Filho, J. T. (2020). Telejornalismo fronteiriço e migrações: notas conceituais aplicadas à realidade brasileira. In C. Emerim, A. Pereira, & I. Coutinho (Orgs.), *Telejornalismo 70 anos: o sentido das e nas telas*. (pp. 144-154). Insular.
- Oliveira Filho, J. T. & Hilgemberg, T. (2020). A representação de venezuelanos e venezuelanas na mídia local em Roraima. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, 19(1), 144-154. <https://doi.org/10.55738/alaic.v19i33.623>
- Pinto, S. L. (2021). *As reconfigurações do telejornalismo local em contexto de pandemia: análise do programa assembleia informa da TV ALE-RR*. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Roraima]. Repositório do Programa de Pós-graduação em Comunicação. <https://antigo.ufr.br/ppgcom/phocadownload/Documentos/Dissertacao%20-%20Sonia%20Lucia.pdf>
- Cáritas (2022). Relatório Incidência Cáritas. População em situação de rua e população migrante no município de Boa Vista/RR: um diagnóstico para a formulação e implementação de políticas públicas. <https://caritas.org.br/storage/arquivo-de-biblioteca/October2022/VoJEetgxsEvvd08m0Jef.pdf>
- R4V —Plataforma de Coordinación Interagencial para Refugiados y Migrantes de Venezuela— (2023). R4V América Latina y el Caribe, Refugiados y Migrantes Venezolanos en la Región - Nov. 2023 [informe]. <https://www.r4v.info/es/document/r4v-america-latina-y-el-caribe-refugiados-y-migrantes-venezolanos-en-la-region-nov-2023>
- Santos, A. (2018). *Interação social e estigma na fronteira Brasil/Venezuela: um olhar sociológico sobre a migração de brasileiros e venezuelanos*. [Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. LUME - Repositório Digital da UFRGS. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/180609>
- Sayad, A. (1998). *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. EdUSP.
- Senado Federal (2013). *Estatuto do Estrangeiro. Regulamentação e legislação correlata* (2ª. ed.), <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/508142/000986045.pdf>
- Silva, T. (2000). A produção social da identidade e da diferença. In T. Silva (Org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (pp. 73-102). Vozes.

Telles, M. & Assumpção, D. (2022). Pesquisa bibliográfica na comunicação: a leitura do campo e sua problemática. In L. Wottrich, & N. Rosário (Orgs.), *Experiências metodológicas na comunicação*. (pp. 144-156). Pimenta Cultural.

OIM (2022). *World migration Report 2022*. International Organization for Migrations. <https://publications.iom.int/books/world-migration-report-2022>

Zambrano, C. E. (2022). Língua e migração: a representação de "invasão" em Roraima. *Calidosópio*, 20(3), 756-777. <https://doi.org/10.4013/cld.2022.203.10>